

SÃO JOSÉ DO BARREIRO, 11 DE SETEMBRO DE 2014.

OF. GP N.º: 188/2014

REF.: REQUERIMENTO N.º 041/2014

"SOLICITA INFORMAÇÃO A RESPEITO DO NOVO PISO SALARIAL INSTITUÍDO PARA OS AGENTES DE SAÚDE".

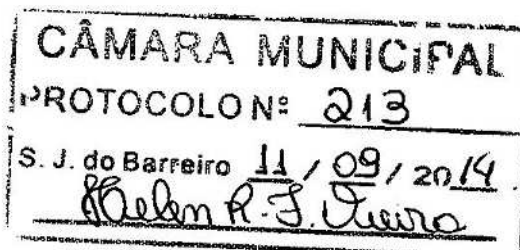
Ver. Luis Antônio Barbosa e outros.

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção ao Requerimento nº 041/2014 cabe-nos informar ao Nobre Vereador que, segundo informações prestadas pelo responsável pelo setor de contabilidade do município por meio do memorando interno n.º 059/2014 (com cópia em anexo), "para envio de projeto de Lei para adequação do piso salarial dos Agentes de Saúde e, a manter o nível de receitas previstas, o Governo Municipal, no exercício de 2014, estará acima do limite previsto no Parágrafo Único do Art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal. No exercício de 2015 e 2016 o Governo Municipal estará dentro dos limites determinado pela Lei Complementar 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal. Não está computado nos gastos de despesas com pessoal o contido no Art. 18, parágrafo primeiro da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000". Assim sendo, não obstante os aspectos específicos contidos na Lei 026/2011 que deve ser analisado em sede própria, a orientação técnica supracitada discorre sobre o obstativo de atendimento da questão no presente exercício financeiro. Desta forma, prestadas as devidas informações, colocamo-nos à disposição para quaisquer outras informações ou esclarecimentos que se fizerem necessário, tudo a bem da transparência no trato da coisa pública. Aproveita-se o ensejo para expressar o mais profundo apreço e respeito pela nobre atividade que é exercida pelo referido edil, ora Requerente.


José Milton de Magalhães Serafim
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
Ver. Wilton Gonçalves da Silva
D.D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL de
São José do Barreiro- SP



São José do Barreiro, 29 de agosto de 2014

MEMORANDO INTERNO 59/2014

DE: Contabilidade

PARA: Jurídico

Referencia: Atendimento Memorando Interno 070/2014 – Secretária de Saúde

Estou encaminhando a Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro para atender o Memorando Interno 070/2014 da Secretária de Saúde que trata da adequação do Piso Salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias.

Nada Mais.

Atenciosamente,



Benedito Raimundo de Carvalho
Contador



RECEBI EM
29/08/14
Antonio Gonçalves
R.G. 15.766.555 SSP/SP

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

ART. 16 DA LEI 101/2000

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO

DO MOTIVO

Piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias – Lei 12.994 de 17 de junho de 2014

Necessário se faz o estudo do Impacto Orçamentário e Financeiro para que possa ser analisado o impacto de tais gastos em nossas finanças e em nosso orçamento, assim como os limites das despesas com pessoal do município.

ESTIMATIVA DA DESPESA

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Estimativa de acréscimo mensal – valor enviado pelo departamento de pessoal	4.524,00

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Exercício de 2014

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
A) Superávit Financeiro em 31/12/2013	2.196.963,08
B) (+) Previsão de arrecadação para 2014	14.600.000,00
C) (=) Disponibilidade Financeira para 2014	16.796.963,08
D) Custo estimado para 2014	31.668,00
D/B = IMPACTO ORÇAMENTÁRIO	0,22%
D/C = IMPACTO FINANCEIRO	0,19%

Exercício de 2015

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
A) Superávit/Déficit Financeiro em 31/12/2014	0,00
B) (+) Previsão de arrecadação para 2015	16.060.000,00
C) (=) Disponibilidade Financeira para 2015	16.060.000,00
D) Custo estimado para 2015	60.304,92
D/B = IMPACTO ORÇAMENTÁRIO	0,38%
D/C = IMPACTO FINANCEIRO	0,38%



Exercício de 2016

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
A) Superávit/Déficit Financeiro em 31/12/2015	0,00
B) (+) Previsão de arrecadação para 2016	17.666.000,00
C) (=) Disponibilidade Financeira para 2016	17.666.000,00
D) Custo estimado para 2016	60.304,92
D/B = IMPACTO ORÇAMENTÁRIO	0,34%
D/C = IMPACTO FINANCEIRO	0,34%

PREMISSAS UTILIZADAS NOS CÁLCULOS

Na previsão das receitas, no exercício de 2014 utilizamos o valor aprovado na Lei Orçamentária de 2014. No exercício de 2015 e 2016 utilizamos o valor previsto no Plano Plurianual (PPA), período 2014 a 2017. Nas despesas com pessoal partimos do valor apurado no 3º (terceiro) quadrimestre de 2013, os Projetos de Lei já enviados ao Legislativo e adequação do piso salarial dos Agentes de Saúde. Acrescentamos em todos os anos 1,00% (um por cento), anuênio determinado na legislação vigente. Acrescentamos no ano de 2014, 2015 e 2016 estimativa de reposição para os servidores que recebem salários abaixo do salário mínimo nacional, em torno de 6,00% (seis por cento). Acrescentamos no ano de 2015 e 2016 10% (dez por cento) que pensamos ser o reajuste oferecido pelo governo federal aos profissionais do magistério. Nos anos de 2014, 2015 e 2016 não há previsão de revisão geral anual.

DA CONFORMIDADE DOS LIMITES GLOBAIS DAS DESPESAS COM PESSOAL

Exercício de 2013

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Receita Corrente Líquida	14.383.355,94
Gastos com Pessoal apurado no 3º Quadrimestre de 2013	7.308.007,69
Percentual dos Gastos	50,81/54,00%

Exercício de 2014

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Receita Corrente Líquida Prevista	14.600.000,00
Gastos com Pessoal previsto no ano	7.826.033,96
Percentual dos Gastos	53,60/54,00%

Exercício de 2015

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Receita Corrente Líquida Prevista	16.060.000,00
Gastos com Pessoal previsto no ano	8.029.101,62
Percentual dos Gastos	49,99/54,00%



Exercício de 2016

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Receita Corrente Líquida Prevista	17.666.000,00
Gastos com Pessoal previsto no ano	8.108.934,52
Percentual dos Gastos	45,90/54,00%

Como pode ser constatado pelos números acima com o envio do Projeto de Lei para adequação do piso salarial dos Agentes de Saúde e, a manter o nível de receitas previstas, o Governo Municipal, no exercício de 2014, estará acima do limite previsto no Parágrafo Único do Art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal. No exercício de 2015 e 2016 o Governo Municipal estará dentro dos limites determinado pela Lei Complementar 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal. Não está computado nos gastos de despesas com pessoal o contido no Art. 18 § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

São José do Barreiro, 28 de agosto de 2014.



BENEDITO RAIMUNDO DE CARVALHO
Contador

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO DISPOSTO NO ART. 16 DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000, DECLARAMOS QUE AS DESPESAS DECORRENTES DO EVENTO CORRERÃO POR CONTA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ESPECÍFICAS, QUE SÃO SUFICIENTES ÀS NECESSIDADES DE EMPENHAMENTO PARA O EXERCÍCIO, HAVENDO ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA NO ORÇAMENTO APROVADO E COMPATIBILIDADE COM O PLANO PLURIANUAL E AÇÃO GOVERNAMENTAL E COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

SÃO JOSÉ DO BARREIRO, 28 DE AGOSTO DE 2014.



JOSÉ MILTON DE MAGALHÃES SERAFIM
PREFEITO MUNICIPAL